

**REQUERIMENTO**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA**      Número      /      (      .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

O Grupo Parlamentar do PCP esteve hoje solidariamente presente numa ação de denúncia de técnicos especializados, no Porto.

Este grupo de técnicos especializados, trabalhadores com vínculo precário e que estão a tentar regularizar a sua situação no âmbito do PREVPAP, teve o seu horário reduzido, ficou sem funções e os contratos não foram renovados.

Esta situação é tanto mais inaceitável se considerarmos que estes trabalhadores deveriam estar protegidos no seu posto de trabalho até à conclusão do seu processo no âmbito do PREVPAP, como, aliás, está na nota informativa distribuída às escolas que determina que "os *técnicos especializados cujos processos foram homologados no âmbito do PREVPAP, estão cobertos pelo regime transitório do artigo 16.º da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, o que significa que os respetivos contratos são renovados automaticamente por via da lei.*" e que "Será autorizada a extensão dos vínculos dos contratos dos técnicos especializados que tendo sido candidatos ao PREVPAP não têm ainda a candidatura homologada, de modo a permanecerem nos seus postos de trabalho aquando do início do novo ano escolar, 2018/2019."

O que está a suceder, por exemplo, no Agrupamento de Escolas Eng. Fernando Pinto de Oliveira, em Leça da Palmeira, é a não renovação de contrato com técnicas especializadas que cumprem os requisitos necessários, sendo depois abertas vagas a concurso para o preenchimento desses mesmos postos de trabalho. Foi informado ao Grupo Parlamentar do PCP que houve uma alteração da "escola responsável" pela contratação dos profissionais, sem que, no entanto, se conheça o motivo dessa alteração. O que é um facto é que estes postos de trabalho têm técnicos especializados a exercer as suas funções e que estão impedidos de continuar porque, ignorando a nota informativa da DGAE, não se renovaram contratos a profissionais que já se encontram nas escolas e que estão abrangidos pelo PREVPAP.

O Grupo Parlamentar do PCP foi também informado de redução de vagas e de redução de horário de técnicos, mesmo havendo um aumento de crianças e jovens com necessidades

educativas especiais – a carência de profissionais nas escolas é uma realidade, o PCP tem denunciado e apresentado propostas para suprir essas necessidades. A solução não passa por reduzir vagas e horários, passa sim pelo seu reforço. A redução de vagas e horários só encurtará ainda mais uma “manta” que já não cobre as necessidades existentes.

São, aproximadamente, 20 os técnicos especializados na região do Porto que estão sem funções e sem posto de trabalho, sendo que preenchem os requisitos necessários para terem o seu contrato renovado e para continuarem a exercer as suas funções.

Esta é uma situação inaceitável, que penalizando fortemente estes profissionais nos seus direitos, prejudica gravemente as crianças e os jovens ficam sem a necessária resposta e acompanhamento que estes técnicos asseguram.

Tendo o Governo assumido que os contratos dos técnicos especializados seriam renovados até à conclusão do processo do PREVPAP, importa que o Governo atue para que estes técnicos não sejam empurrados para a situação de desemprego.

O PCP tem-se batido pela valorização destes profissionais, pela regularização dos seus vínculos, pois respondem a necessidades permanentes das escolas e, como tal, devem ter um vínculo efetivo – uma batalha que iremos continuar, como nos iremos continuar a bater pelo reforço de profissionais e de investimento na Escola Pública.

Assim, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, solicitamos ao Governo que, por intermédio do Ministério da Educação, preste os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento da situação destes técnicos especializados?
2. Que avaliação faz da mesma?
3. Que medidas vai o Governo tomar para garantir que estes técnicos especializados mantêm o exercício das suas funções, nas mesmas condições e nos postos de trabalho que já ocupavam?

Palácio de São Bento, 3 de setembro de 2018

Deputado(a)s

DIANA FERREIRA(PCP)

ANA MESQUITA(PCP)

ÂNGELA MOREIRA(PCP)

JORGE MACHADO(PCP)